

Erica Valeria Trevizan Goncalves

De: Jurídico - Grupo Única <juridico@grupounicaempreendimentos.com.br>
Enviado em: quinta-feira, 18 de maio de 2017 15:22
Para: Erica Valeria Trevizan Goncalves;
gerencia@grupounicaempreendimentos.com.br;
diretoria@grupounicaempreendimentos.com.br
Assunto: RES: DILIGÊNCIA PREGÃO Nº 006/2017 - DEGRAVAÇÃO
Anexos: RESPOSTA OFÍCIO 162017.pdf

Prezados,

Segue em anexo resposta do ofício.

Atenciosamente.



De: Erica Valeria Trevizan Goncalves [<mailto:erica.goncalves@presidencia.gov.br>]
Enviada em: quarta-feira, 17 de maio de 2017 17:33
Para: unica.promocoos.sc@gmail.com
Cc: juridico@grupounicaempreendimentos.com.br
Assunto: DILIGÊNCIA PREGÃO Nº 006/2017 - DEGRAVAÇÃO
Prioridade: Alta

Prezada Grazielle Shneider, boa tarde!

Encaminho-vos, para manifestação, o **Ofício SEI nº 16/2017/ASLIC, de 17/05/17**, referente ao **Pregão, na forma Eletrônica, nº 006/2017-SA**, que tem por objeto a seleção e contratação de empresa para prestação de serviço de sonorização, gravação, degravação, sob demanda, produzidas em reuniões de estudo, palestras, encontros de estudos, seminários e outros eventos.

Solicito, ainda, os bons préstimos no sentido de encaminhar a resposta até **as 17:00h de amanhã, dia 18 de maio de 2017**, pelo e-mail cpl@presidencia.gov.br, tendo em vista o andamento do processo.

Qualquer contato poderá ser feito pelo telefone (61) 3411-2586.

Érica Trevizan
Pregoeira/PR
(61) 3411-2586

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 006/2017
PROCESSO Nº 00094.001284/2016-25

Joinville, 18 de maio de 2017.

1

Ofício-SEI n. 16/2017/ASLIC

A
Ilma. Pregoeira
Érica Valérica Trevizan Gonçalves

Assunto: **Pregão, na forma Eletrônica, nº 006/2017 – AS**

Ilma. Pregoeira,

Cumprimentando-a, faço uso do presente para, em resposta ao Ofício-SEI n. 16/2017-ASLIC, fazer as seguintes considerações:

A empresa ÚNICA PROMOÇÕES, já devidamente qualificada, DECLARA para todos os fins de direito que possui condições de prestar a contendo de maneira satisfatória o serviço objeto do Pregão n. 006/2017 – AS, nos prazos e condições contidos no edital e no termo de referência, em especial as exigências do subitem 5.2.1, do Termo de Referência, haja vista que não possui sede/ escritório localizado na cidade de Brasília/DF:

“Quando da solicitação dos serviços para gravação será explicitada a quantidade de ambientes a serem preparados, que será no máximo três, localizados nos órgãos da PR em Brasília.”

A empresa ÚNICA PROMOÇÕES, já devidamente qualificada, DECLARA para todos os fins de direito que possui ciência do previsto no subitem 14.10 do Pregão n. 006/2017 – AS, no que tange a vedação a subcontratação.

Quanto o questionamento acerca do item 3.1 do edital anteriormente levando pela empresa VK Velasquez, transcrevemos na íntegra as razões apresentadas nas contrarrazões ao recurso administrativo:

“I – REFUTAÇÃO DOS FATOS ALEGADOS

I.1 - CNAE

Ilustres membros da comissão licitatória, diante das razões apresentadas pela RECORRENTE a mesma não merece prosperar, uma vez que a

empresa RECORRIDA cumpriu na íntegra as exigências do edital, portanto, qualquer vedação posterior para restringir a participação da licitante estaria ferindo o princípio da competitividade

Não obstante isso, a descrição da atividade no contrato social ou CNAE da empresa não pode se constituir numa amarra para a prática dos atos pela pessoa jurídica.

No caso, o que deve ser averiguado é se a natureza jurídica da pessoa jurídica permite a prática da atividade, ou não.

Note-se que, ainda que o edital exigisse ramo de atividade compatível com o objeto licitado como condição de habilitação, caso que não ocorreu, tal disposição deveria ser interpretada extensivamente de modo que possa ampliar a competitividade do certame, facilitando a busca da proposta mais vantajosa, que é o fim de toda licitação.

O Tribunal de Contas da União – TCU, através do acórdão n. 1203/2011, pacificou a questão. No julgado o relator do processo argumentou que impedir que uma empresa participe do certame com base nesse detalhe cadastral é levar a norma a limites muito além do necessário e diminuir a competitividade do certame, o que configura irregularidade grave.

Dessa forma, o TCU no julgamento do referido acórdão entendeu que o cadastro de atividades na Receita Federal do Brasil não é motivo suficiente para impedir a participação de empresa.”

JOINVILLE, 18 DE MAIO DE 2017.

04 868 566/0001-907

Grazielle Schneider

ÚNICA PROMOÇÕES E
EMPREENDEIMENTOS
ÚNICA PROMOÇÕES E EMPREENDEIMENTOS EIRELI – ME

RUA DOUTOR JOÃO COLIN, 1.285 1º ANDAR SL 03
AMÉRICA DO SUL

GRAZIELLE SCHNEIDER

JOINVILLE - SANTA CATARINA
CRA/SC n. 30.468

Priscila Tomasi da Cruz Mattei

PRISCILA TOMASI DA CRUZ MATTEI

OAB/SC n. 47.762